

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 2

Uma grande indústria pretende instalar em determinado estado uma usina de geração de eletricidade, utilizando potencial hídrico local. As autoridades locais concederam a dispensa de realização de estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) — requerida pela indústria — com base em lei estadual que a autoriza quando se trata de mera ampliação de atividades já existentes. Ambientalistas representaram junto ao Ministério Público do estado, sustentando que a nova usina elétrica teria capacidade dez vezes maior que a anterior, segundo o próprio laudo pericial que instruiu a dispensa. Argumentaram que a magnitude das instalações não poderia ser considerada mera ampliação e alegaram a iminência de relevantes impactos ambientais.

Diante dessa situação hipotética, discorra, de modo fundamentado, sobre os argumentos defendidos pelos ambientalistas. Em seguida, esclareça quais remédios (judiciais ou não) podem ser manejados pelo Ministério Público.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Júlio, vencedor de uma licitação, ao assinar o contrato com a administração pública, notou que havia diversas cláusulas unilaterais, conferindo privilégios à administração pública. Decidiu, então, ingressar em juízo para pedir a revisão de tais cláusulas leoninas. Com base nessa situação hipotética, discorra sobre a legalidade de cláusulas exorbitantes em contratos celebrados com a administração pública, e, na condição de membro do Ministério Público, manifeste-se acerca do pleito de Júlio.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

PROVA ORAL

PONTO IV

DISCIPLINA: DIREITO SANITÁRIO

QUESTÃO 2

Em determinado município, fiscais do setor de vigilância sanitária, tendo constatado que gêneros alimentícios à venda em um estabelecimento comercial estavam impróprios para o consumo e ofereciam riscos à saúde pública, apreenderam e imediatamente providenciaram a inutilização de toda a mercadoria. Inconformado com a medida aplicada pelos fiscais sanitários, o proprietário do estabelecimento alegou que a ação dos mesmos era ilegal e abusiva em razão da inexistência de autorização judicial que a respaldasse.

Em face dessa situação hipotética, discorra sobre o argumento apresentado pelo proprietário do estabelecimento, abordando em sua resposta, necessariamente, os atributos do poder de polícia. Esclareça, ainda, de forma fundamentada, se os atos dos fiscais da vigilância sanitária estão sujeitos a controle administrativo e judicial.